

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) DEVLEN MARTINS DOS REIS

**A DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DO *SMART POWER*:
Atuação da Marinha do Brasil na Política Internacional entre 2008 e 2025**

Rio de Janeiro

2025

CC (T) DEVLEN MARTINS DOS REIS

**A DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA COMO EXPRESSÃO DO *SMART POWER*:
Atuação da Marinha do Brasil na Política Internacional entre 2008 e 2025**

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior (C-SUP 2025).

Orientador: Capitão de Fragata Luiz Carlos Lemos Alves Junior

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2025

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, José Magno e Solange, pela constante transmissão de afeto e educação. À minha esposa Karina e ao meu filho Benício, pelo apoio incondicional e paciência. Pessoas essenciais em minha vida, sem as quais não seria possível a consecução deste trabalho, pois foram meus entusiastas, meus maiores fãs, abandonando parte dos seus sonhos para sonharem os meus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, fonte de sabedoria e força, por sustentar minha caminhada e tornar possível a conclusão deste trabalho acadêmico.

Expresso meus agradecimentos ao Corpo Docente da Escola de Guerra Naval, cujos ensinamentos ampliaram minha visão crítica e acadêmica. Ao Capitão de Fragata Lemos Alves, meu orientador, agradeço pela orientação dedicada, pelas valiosas reflexões e pelo incentivo constante ao longo desta jornada.

Aos colegas de turma, meu reconhecimento pela convivência enriquecedora, pelas trocas de experiências e pelo espírito de camaradagem que tornaram o percurso mais leve e estimulante. Voltamos a ficar ainda mais unidos. Voltamos a ficar ainda mais unidos, e isso fez toda a diferença.

Por fim, estendo meu reconhecimento a todos que, de alguma forma — com palavras, apoio ou presença — contribuíram para a realização deste estudo. Cada gesto foi essencial.

Na fronteira invisível das águas, a Marinha do Brasil não apenas defende a soberania: ela projeta presença, constrói confiança e navega com a bandeira da diplomacia.

CC (T) Devlen.

RESUMO

O trabalho está inserido no campo das Relações Internacionais e da Defesa Nacional, abordando a diplomacia naval brasileira como expressão do conceito de *smart power*, formulado por Joseph Nye, propondo uma análise da atuação da Marinha do Brasil como meio de projeção internacional. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, apoiada em revisão bibliográfica e documental, e delimita como marco temporal o período entre 2008, ano da publicação da primeira Estratégia Nacional de Defesa, e 2025. Esse intervalo permite compreender a evolução do papel estratégico da Marinha do Brasil em consonância com os marcos da Defesa Nacional e os avanços institucionais ocorridos no período. São apresentados os fundamentos teóricos do poder e da diplomacia nas Relações Internacionais, com destaque para as categorias de *hard power*, *soft power* e *smart power*, e discutidas as implicações do uso estratégico da Marinha em atividades de emprego limitado da força, à luz dos documentos oficiais de defesa e de casos representativos de sua atuação internacional, a fim de compreender como a diplomacia naval contribui para a projeção estratégica do Brasil em seu entorno geopolítico. Examina os principais documentos oficiais de defesa que atribuem papel crescente à Marinha na projeção internacional do Estado, como a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, além de constatar a sua atuação como vetor de projeção internacional do Estado brasileiro, a partir de casos concretos. A análise conclui que a diplomacia naval brasileira conjuga capacidades operacionais e atributos diplomáticos, contribuindo para a inserção estratégica do Brasil, com legitimidade e equilíbrio, em seu entorno geopolítico. Confirma-se, desse modo, a hipótese inicial de que a Marinha exerce papel relevante na política externa brasileira ao combinar presença, cooperação e dissuasão em ações de alto valor simbólico e político, alinhadas ao conceito contemporâneo de poder inteligente.

Palavras-chave: Diplomacia Naval. *Smart Power*. Poder Naval. Política Externa. Marinha do Brasil.

ABSTRACT

BRAZILIAN NAVAL DIPLOMACY AS AN EXPRESSION OF SMART POWER: The Brazilian Navy's Role in International Politics between 2008 and 2025

The work is part of the field of International Relations and National Defense, addressing Brazilian naval diplomacy as an expression of the concept of smart power, formulated by Joseph Nye, offering an analysis of the Brazilian Navy's actions as a means of international projection. The research adopts a qualitative approach, supported by a bibliographic and documentary review, and delimits the time frame between 2008, the year of publication of the first National Defense Strategy, and 2025. This interval allows us to understand the evolution of the Navy's strategic role in line with the milestones of National Defense and the institutional advances that occurred during the period. The theoretical foundations of power and diplomacy in International Relations are presented, with emphasis on the categories of hard power, soft power, and smart power, and discusses the implications of the strategic use of the Navy in limited use of force, in light of official defense documents and representative cases of its international activities, in order to understand how naval diplomacy contributes to Brazil's strategic projection in its geopolitical environment. It examines the main official defense documents that assign an increasing role to the Navy in the international projection of the State, such as the National Defense Policy, the National Defense Strategy, and the National Defense White Paper, in addition to noting its role as a vector for the international projection of the Brazilian State, based on concrete cases. The analysis concludes that Brazilian naval diplomacy combines operational capabilities and diplomatic attributes, contributing to Brazil's strategic insertion, with legitimacy and balance, in its geopolitical environment. This confirms the initial hypothesis that the Navy plays an important role in Brazilian foreign policy by combining presence, cooperation, and deterrence in actions of high symbolic and political value, in line with the contemporary concept of smart power.

Keywords: Naval Diplomacy. Smart Power. Naval Power. Foreign Policy. Brazilian Navy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Relação entre poder, diplomacia e smart power nas Relações Internacionais	22
Figura 2. Diplomacia naval brasileira como expressão do <i>smart power</i> : força, cooperação e influência.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	- Base Industrial de Defesa
CAPN	- Campo de Atuação do Poder Naval
CNUDM	- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COMPAAz	- Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul
DMN	- Doutrina Militar Naval
EDM	- Estratégia de Defesa Marítima
END	- Estratégia Nacional de Defesa
LBDN	- Livro Branco de Defesa Nacional
MB	- Marinha do Brasil
MD	- Ministério da Defesa
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
NAH	- Navios de Assistência Hospitalar
PEM	- Plano Estratégico da Marinha
PFCT	- Programa Fragatas Classe Tamandaré
PND	- Política Nacional de Defesa
PROSUB	- Programa de Desenvolvimento de Submarinos
RI	- Relações Internacionais
SIMPONAS	- Simpósio de Poder Naval Sul-Americano
SI	- Sistema Internacional
SisGAAz	- Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
TBPN	- Tarefa Básica do Poder Naval
UNIFIL	- Força Interina das Nações Unidas no Líbano
WPNS	- Simpósio Naval do Pacífico Ocidental
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PODER, DIPLOMACIA E <i>SMART POWER</i>	15
2.1	PODER COMO ELEMENTO CENTRAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	15
2.2	DIPLOMACIA NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA	17
2.3	<i>SMART POWER</i> MAXIMIZANDO AS CAPACIDADES DOS ESTADOS	21
3	O PAPEL ESTRATÉGICO DA MARINHA DO BRASIL: DA DEFESA À DIPLOMACIA NAVAL	24
3.1	DA DEFESA NACIONAL À CONSOLIDAÇÃO DO PODER MARÍTIMO BRASILEIRO	25
3.2	O ENTORNO ESTRATÉGICO E A DIPLOMACIA NAVAL COMO VETORES DE INSERÇÃO INTERNACIONAL	27
4	O USO DA DIPLOMACIA NAVAL COMO FERRAMENTA DE <i>SMART POWER</i> NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO	30
4.1	BASES ESTRATÉGICAS DA DIPLOMACIA NAVAL: DOCTRINA, ENTORNO E <i>SMART POWER</i>	30
4.2	AÇÃO DIPLOMÁTICA EM MISSÕES INTERNACIONAIS: PROJEÇÃO DE PRESENÇA COM PROPÓSITO	32
4.3	COOPERAÇÃO REGIONAL E ENGAJAMENTO MULTILATERAL: INTEROPERABILIDADE E INDÚSTRIA DE DEFESA	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a conjuntura internacional tem sido marcada pela ascensão de novas potências, como China, Índia e Rússia, cada um com agendas e capacidades próprias, alterando a configuração mundial unipolar, antes marcada pela hegemonia norte-americana. No lugar dessa lógica, surge uma realidade mais fragmentada, na qual as interações políticas, econômicas e militares se tornam mais complexas e interdependentes (Zakaria, 2008).

Esse reposicionamento de atores estatais também se expressa no fortalecimento de alianças políticas e econômicas de blocos, como a União Europeia, capazes de projetar influência conjunta e reforçar a autonomia de seus membros. Tais transformações alteram a forma como diferentes Estados posicionam-se no cenário mundial e abrem espaço para que potências de médio porte, como o Brasil, aproveitem brechas estratégicas para expandir sua presença externa e fortalecer sua voz nas negociações internacionais (Brzezinski, 1997).

Nesse novo arranjo, caracterizado por cadeias produtivas interdependentes, fluxos financeiros globais e interesses compartilhados, impõem-se limites ao uso exclusivo do poder tradicional. A diplomacia, nesse contexto, torna-se uma ferramenta estratégica para promover interesses nacionais, formar parcerias e ampliar a presença internacional dos Estados (Nye, 2011).

É nesse ambiente que se destaca o conceito de *smart power*, concebido por Joseph Nye (2011), que visa construir uma forma de atuação internacional equilibrada entre a força (*hard power*) e a capacidade de atração e cooperação (*soft power*). Essa lógica combina meios militares, econômicos e diplomáticos com recursos de persuasão cultural, tecnológica e ideológica, propondo uma forma mais eficaz e legítima de exercer influência no sistema internacional (SI).

Inserido nesse cenário, o Brasil, enquanto ator regional com projeção estratégica, especialmente no entorno estratégico brasileiro – compreendendo o Atlântico Sul, a Amazônia Azul¹ e regiões adjacentes de importância geopolítica –

¹ Amazônia Azul é a expressão utilizada pela MB para designar o mar territorial e as zonas adjacentes de soberania nacional, que abrange aproximadamente 5,7 milhões de km², incluindo o mar territorial, a zona econômica exclusiva (ZEE) e áreas da plataforma continental estendida, conforme previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Essa região concentra elevada biodiversidade, reservas de petróleo e gás, e minerais estratégicos, possuindo relevância econômica, ambiental e geopolítica comparável à Floresta Amazônica. (Marinha do Brasil, Fundamentos Doutrinários da Marinha – EMA-301, 2023).

precisa fortalecer sua presença geopolítica e proteger seus interesses de forma legítima. A Marinha do Brasil (MB), nesse cenário, surge como um vetor relevante da política externa ao atuar como instrumento de *smart power* (Nye, 2011).

Por conseguinte, o estudo propõe analisar a diplomacia naval brasileira sob a lógica do *smart power*, com ênfase no período compreendido entre 2008 — marco da primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa (END) — até os dias atuais. Esse intervalo permite observar transformações no cenário internacional, como a ascensão de novas potências, tensões regionais e a crescente importância da segurança marítima na projeção de poder e na cooperação internacional.

A relevância do assunto justifica-se por sua contribuição teórica e estratégica para a Marinha do Brasil, ao analisar sua atuação diplomática sob os fundamentos do *smart power*, mecanismo combinado de poder e agente ativo da política externa do país (Nye, 2011). Busca-se ampliar a compreensão sobre o papel da Marinha no século 21, oferecendo subsídios relevantes para o desenvolvimento doutrinário, o planejamento institucional e a projeção externa da Força. Além disso, a proposta está alinhada aos objetivos dos principais documentos oficiais de defesa — a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) — que destacam a presença naval como elemento estratégico de soberania e influência geopolítica (Brasil, 2020a; BRASIL, 2020b; Brasil, 2020c).

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de desvendar a dinâmica que orienta a ação diplomática naval brasileira, examinando como ela se entrelaça estrategicamente ao conceito de *smart power*. A análise adota uma abordagem teórico-interpretativa, direcionada a revelar padrões e diretrizes estratégicas que evidenciam a atuação diplomática da MB no cenário atual de sua política externa.

A delimitação espacial abrange a participação da Marinha tanto no plano regional quanto em iniciativas de projeção multilateral, com ênfase no entorno estratégico brasileiro, especialmente no Atlântico Sul, área de destaque para os interesses geopolíticos e de defesa do país.

O objetivo geral do estudo é analisar a atuação diplomática da Marinha na perspectiva do *smart power*, compreendendo como as ações empreendidas pela Marinha do Brasil, no campo internacional, contribuem para afirmar interesses estratégicos, construir alianças e fortalecer a inserção do país no cenário global (Nye,

2011). Entre os objetivos complementares, destacam-se: examinar o emprego histórico da Marinha no campo da atividade diplomática naval e avaliar como suas capacidades vêm sendo utilizadas de forma estratégica na projeção do *smart power* nacional (Brasil, 2020a). Torna-se relevante demonstrar que a missão da MB extrapola a sua função militar, consolidando-se como um vetor diplomático na política internacional (Brasil, 2020d; Brasil, 2020b).

A monografia estrutura-se em três capítulos principais: o Capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica sobre os conceitos de poder, diplomacia e *smart power*, com ênfase nas contribuições de Joseph Nye; o Capítulo 3 analisa o processo histórico e estratégico de consolidação da Marinha do Brasil como ator internacional, com base nos documentos oficiais e projetos estruturantes da Força; e o Capítulo 4 discute a aplicação prática do uso da Diplomacia Naval como Ferramenta de *Smart Power* no Entorno Estratégico Brasileiro, a partir de exemplos concretos de sua atuação internacional.

Dessa maneira, o trabalho adota como base conceitual os princípios e pressupostos das Relações Internacionais (RI) alinhados ao realismo estratégico (Estado soberano), incorporando elementos do liberalismo institucional (cooperação via instituições), e encontra fundamento central na teoria do *smart power*, proposta por Joseph Nye (2004). Somam-se a essa base teórica as contribuições de Geoffrey Till (2018), Ken Booth (1977) e Ian Speller (2014), que ajudam a compreender, de forma mais ampla, o papel do poder naval e da diplomacia marítima.

Tendo em vista o enfoque no emprego internacional da MB, este trabalho busca responder a seguinte questão central: De que maneira a diplomacia naval brasileira tem sido utilizada como instrumento de *smart power* na política internacional? Como desdobramento dessa análise, investiga-se também: Como a Marinha do Brasil contribui para a projeção internacional do país e para a consolidação de sua presença estratégica no entorno estratégico brasileiro?

Adota-se uma hipótese de natureza relacional, por ser a mais adequada para orientar a análise teórica e empírica do trabalho. Parte-se da suposição de que a atuação da Marinha do Brasil, enquanto ator estratégico, se articula com os princípios do *smart power*, fundindo capacidades de coerção (*hard power*) e mecanismos de convencimento (*soft power*) na promoção dos interesses brasileiros (Nye, 2012).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: PODER, DIPLOMACIA E *SMART POWER*

O entendimento das dinâmicas que moldam a atuação dos Estados no sistema internacional exige a análise de conceitos estruturantes, capazes de explicar tanto a lógica do poder quanto as estratégias utilizadas para exercê-lo. O poder permanece como referência fundamental das Relações Internacionais, não apenas pelo seu caráter coercitivo, mas também por sua dimensão de influência e capacidade de moldar agendas (Nye, 2004).

A diplomacia, por sua vez, destaca-se como instrumento central na condução da política externa, viabilizando a articulação de interesses nacionais no cenário global por meio do diálogo, da negociação e da construção de consensos (Lafer, 2018). É nesse ponto que o conceito de *smart power* se apresenta como síntese contemporânea, combinando os atributos do poder militar e econômico com a persuasão e o capital diplomático, de modo a maximizar as capacidades estatais e ampliar o alcance da influência internacional (Nye, 2011). Assim, compreender como essas três dimensões se inter-relacionam é fundamental para interpretar as ações da Marinha do Brasil no período analisado, especialmente no contexto de sua projeção internacional (Brasil, 2020c).

2.1 PODER COMO ELEMENTO CENTRAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Inicialmente, é necessário entender os fundamentos que orientam a presença e as ações dos Estados no cenário global. Entre esses fundamentos, destaca-se o conceito de poder, sendo considerado como eixo conceitual nas RI para a adequada condução da política externa (Morgenthau, 2003).

O poder nas RI pode ser entendido como a capacidade que um ator possui de influenciar o comportamento de outro para alcançar seus próprios objetivos. Na formulação clássica, Robert Dahl (1957) o define como a habilidade de “A fazer com que B realize algo que B não faria espontaneamente”, destacando o caráter relacional e, em muitos casos, coercitivo dessa influência. Essa visão parte da compreensão de que o SI é marcado pela ausência de uma autoridade central e por uma constante disputa entre os Estados e outros atores globais pela sobrevivência e segurança, ajustando-se de acordo com as transformações históricas, avanços tecnológicos e mudanças ideológicas.

Para Hans Morgenthau (1948), o poder representa, em sua essência, “o controle do homem sobre a mente do homem”, expressão que pode se manifestar por meio da coerção, da persuasão ou da interação política. Abrange um campo vasto, regido pelo uso da força como instrumento central da política externa e alcança a esfera das percepções, valores e crenças — e é nesse espaço que a influência se constrói, seja por meio de prestígio, propaganda ou presença política.

No Brasil, a reflexão sobre o poder nas RI foi sendo moldada por diferentes perspectivas — alguns inspirados na geopolítica, outros ancorados na estratégia e na diplomacia. Nesse campo, Vigevani e Cepaluni (2009) sustentam que a projeção brasileira, seja no cenário global ou na América do Sul, transcende do aspecto militar, sustentando-se na capacidade de construir legitimidade, articular interesses regionais e exercer liderança política e diplomática. Essa maneira de se posicionar aproxima-se da ideia de *smart power*, reinterpretada à luz da realidade brasileira, em que a negociação e a cooperação internacional se firmam como marcas históricas da presença do país no ambiente internacional.

Fonseca Jr. (1998), por sua vez, acrescenta outro ponto essencial, no qual um Estado só consegue agir de forma autônoma no SI quando dispõe de poder suficiente — e esse poder só é legítimo se reconhecido pelos demais atores, o que reforça a importância da legitimidade internacional como elemento do poder.

Seguindo esse ponto de vista, a definição de poder para Brandão (2007) — sendo a capacidade de influenciar decisões com os recursos disponíveis, as metas estratégicas e o cenário político do momento — permite relacionar diretamente a diplomacia naval à sua função de instrumento estratégico de projeção de poder, especialmente quando vinculada às necessidades da defesa.

Do lado da doutrina militar nacional, há autores que definem o poder como a mobilização coordenada dos recursos do Estado para proteger seus interesses soberanos — ideia constantemente reforçada em documentos oficiais como a Política Nacional de Defesa (Brasil, 2020c).

O poder sempre esteve no centro das discussões teóricas em RI, mas a forma como é compreendido e aplicado mudou bastante ao longo do tempo. Por muitos anos, prevaleceu a visão tradicional que o associava principalmente à coerção militar e econômica, entendidas como as principais ferramentas de influência entre Estados. Com a intensificação da globalização, autores como Joseph Nye (1990) passaram a destacar a importância da capacidade de atrair, persuadir e construir legitimidade

como elementos igualmente decisivos. Nessa linha, o próprio Nye (2011) apresentou a ideia de combinar, de maneira estratégica e adaptável, recursos de poder duro e de poder brando, ajustando-os aos objetivos nacionais e às circunstâncias de cada contexto.

No campo marítimo, essa lógica ganha contornos específicos: das potências navais do século XIX às atuais operações de presença e cooperação, o mar sempre demandou um tipo de poder capaz de unir força e flexibilidade, dissuasão e diálogo. Afinal, no domínio marítimo, o poder é tão simbólico quanto dissuasivo — e sua expressão exige mais do que força bruta: exige presença com propósito.

Por fim, no campo do poder marítimo, Rego (1957) já apontava a projeção naval como uma forma legítima de expressar o poder nacional no cenário internacional, sobretudo na proteção de interesses vinculados ao entorno estratégico brasileiro e à defesa da soberania marítima do país.

Dessa forma, fica evidente que o conceito de poder, no âmbito das Relações Internacionais, é marcado por múltiplas dimensões e pela capacidade de se adaptar às mudanças do contexto histórico e geopolítico. Ele abrange tanto os meios tradicionais de coerção quanto formas mais inteligentes de influência, sendo o *smart power* uma chave útil para entender como as Forças Armadas — e, em especial, a Marinha do Brasil — podem atuar hoje, integrando presença, representação externa e defesa de interesses no cenário internacional. As contribuições desses autores reafirmam a centralidade do poder como instrumento de atuação internacional do Estado, especialmente quando integrado às estratégias marítimas e de defesa nacional.

2.2 DIPLOMACIA NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia constitui uma das formas mais tradicionais e duradouras de condução das RI, representando o canal institucionalizado e principal instrumento de comunicação por meio do qual os Estados negociam, articulam interesses e valores, e constroem consensos no SI. Historicamente, ela tem sido compreendida como a arte de conduzir relações exteriores por meio de representantes autorizados, evitando o recurso à força na resolução de controvérsias (Nicolson, 1969). Trata-se, portanto, de um instrumento de poder que busca a defesa de objetivos nacionais pela via pacífica, sem o uso direto da força.

No contexto brasileiro, Lampreia (2001) reforça essa perspectiva ao definir a diplomacia como o meio pelo qual o Estado conduz sua política externa, promovendo seus interesses e valores por vias pacíficas e institucionais. Essa atuação envolve tanto a representação política quanto a capacidade de articulação internacional, sendo, portanto, um eixo estruturante da inserção soberana do país.

Embora o termo "diplomacia" tenha se expandido nas últimas décadas para abranger frentes como a diplomacia pública, cultural e de defesa, a ação diplomática naval consolidou-se antes mesmo de sua incorporação no vocabulário estratégico contemporâneo. Já nas obras de Ken Booth (1977) e Geoffrey Till (2018), observa-se a análise da atuação das marinhas como instrumento de política externa, combinando presença, cooperação e dissuasão no ambiente marítimo. Dessa forma, a expressão externa do poder naval reafirma seu papel tradicional, articulando elementos de presença — e ao mesmo tempo multifacetado — como expressão do poder do Estado no mar.

Com o desenvolvimento das teorias contemporâneas das RI, especialmente a partir das abordagens liberais, a diplomacia passou a ser compreendida não apenas como uma prática de negociação entre chancelarias, mas como um instrumento ampliado de influência internacional, que incorpora dimensões políticas, econômicas, culturais e militares. No cenário internacional — marcado por tensões geopolíticas dispersas, disputas em torno de recursos estratégicos, desafios climáticos de alcance transnacional e uma crescente interdependência entre os Estados — a vetor político-estratégico reafirma-se como um instrumento fundamental para a projeção legítima de poder, capaz de atuar tanto na prevenção de conflitos quanto na promoção da cooperação multilateral (Nye, 2012).

Portanto, pensar a diplomacia no século 21, exige reconhecer sua natureza multifacetada, sua capacidade de adaptação e sua centralidade na estratégia nacional. Ela já não se limita às Embaixadas: navega, coopera, influencia e comunica. Na confluência entre soberania e globalização, entre tradição e inovação, a negociação internacional e, em especial, sua vertente naval, revela-se um dos pilares da inserção internacional legítima, eficaz e sustentável de um Estado.

Nessa conjuntura ampliada, ganha relevo a diplomacia militar, particularmente o mecanismo naval de relacionamento internacional, que consiste na utilização de meios navais para fins políticos e diplomáticos. Segundo Geoffrey Till (2018), a ação diplomática naval representa uma função clássica do poder marítimo e pode ser

entendida como o emprego deliberado de forças navais para influenciar a percepção e o comportamento de outros atores, seja pela demonstração de presença, pelo apoio a aliados, pela construção de confiança ou pela dissuasão de adversários. Para o autor, essa forma de atuação é eficaz por combinar visibilidade, mobilidade e flexibilidade, atributos únicos das forças navais.

Ken Booth (1977) destaca que os navios de guerra desempenham papéis simbólicos e políticos além de sua função militar estrita, atuando como “instrumentos diplomáticos flutuantes”. A presença de uma marinha em águas estrangeiras, para Booth, pode transmitir mensagens políticas, firmar relações estratégicas, ou manifestar solidariedade e prestígio, mantendo-se no campo da via não coercitiva.

Ian Speller (2014) também reforça o papel estratégico da diplomacia naval como ferramenta de projeção de poder e influência, em contextos que demandam tanto a capacidade de dissuadir quanto de cooperar no cenário global. Ademais, para Speller, o uso de meios navais, em ações de caráter diplomático, auxilia na construção de confiança internacional e na afirmação de interesses estratégicos, pois o país apresenta capacidade, presença e responsabilidade, melhorando sua imagem externa e garantindo espaço relevante na atuação política dos Estados marítimos.

Essa dimensão diplomática está presente também na doutrina brasileira, onde é possível visualizar que a MB está planejada e preparada para atuar, permanentemente, como um instrumento de política externa ativa. Esse entendimento coloca o Brasil em sintonia com práticas adotadas por potências marítimas tradicionais, consolidando a ideia de que o mar é um espaço de projeção de influência no contexto global.

Segundo os Fundamentos Doutrinários da Marinha (Brasil, 2023b), o Campo de Atuação do Poder Naval (CAPN), na área da diplomacia naval, contribui para o fortalecimento de relações bilaterais, para o apoio à política externa do Estado e para a ampliação da inserção internacional do país. Tais atividades incluem visitas a portos estrangeiros, participação em operações multinacionais, cooperação e intercâmbios técnico-militares, além de apoio logístico a ações humanitárias.

Destarte, o instrumento de inserção internacional no domínio marítimo se insere como uma expressão prática do *hard power*, ao articular elementos de dissuasão, com ações de *soft power*, transformando presença, cooperação e influência em instrumentos legítimos e adaptados às dinâmicas do ambiente marítimo internacional.

Com base na Doutrina Militar Naval (DMN), destacam-se, nessa conjuntura, operações de utilização controlada da Força e iniciativas de natureza pacífica, que englobam ações não-combativas como missões de paz, cooperação internacional, presença naval e diplomacia de defesa. Tais ações refletem a utilização planejada e criteriosa do Poder Naval, tanto em contextos de estabilidade quanto de competição, buscando projetar a presença internacional do Brasil de maneira legítima, equilibrada e alinhada aos princípios que orientam sua atuação (Brasil, 2017; Brasil, 2023c).

A Marinha do Brasil reconhece, entre suas tarefas fundamentais, o papel de “Projetar Poder” — que envolve o emprego de meios navais para influenciar o comportamento ou a vontade de atores estratégicos, seja por meio de operações navais convencionais, seja por sua presença estratégica com finalidade dissuasória ou diplomática (Marinha do Brasil, 2023). Essa concepção se alinha ao entendimento de Ken Booth (1977), para quem as Marinhas devem ser vistas como ferramentas flexíveis da política externa, com capacidade de atuar em toda a gama do espectro político-militar.

Ao integrar a diplomacia ao poder naval, a MB amplia suas possibilidades de atuação estratégica e fortalece sua contribuição à política externa nacional. Essa atuação, ao se dar em bases legítimas, visíveis e não coercitivas, revela a capacidade do poder naval de moldar percepções e gerar efeitos políticos mesmo na ausência de conflito, cumprindo funções de influência, estabilização e reforço da presença do Estado no cenário internacional (Booth, 1977; Till, 2018).

Nesse sentido, a operação naval, com objetivo político-estratégico, reafirma-se como vetor indispensável da projeção estratégica brasileira no ambiente marítimo, reafirmando o papel da MB como agente fundamental na inserção internacional do Brasil, não apenas por sua presença estratégica, mas também por representar uma expressão concreta da política externa em alto-mar, em consonância com a Tarefa Básica do Poder Naval (TBPN) “Projetar Poder”, definida doutrinariamente como “empregar meios navais e de Fuzileiros Navais contra alvos em terra, no mar e no ar, com o propósito de influenciar a vontade ou o comportamento de atores estratégicos, inclusive pela presença diplomática e pela ameaça do uso da força” (Brasil, 2023c).

Mais do que uma diretriz abstrata, a ideia de “projetar poder” se concretiza na prática cotidiana da Força, traduzindo-se em ações compatíveis com as exigências de

um mundo multipolar², interdependente e cada vez mais sensível ao simbolismo das atitudes e gestos estratégicos no ambiente marítimo (Booth, 1977). A simples presença de uma unidade naval em determinada região pode ser interpretada como sinal de aproximação ou de advertência silenciosa, operando no espaço sutil onde o diálogo e a dissuasão frequentemente se confundem.

Por conseguinte, Geoffrey Till (2018) observa que, na contemporaneidade, o poder naval deixou de ser exclusivamente um instrumento de guerra para assumir também funções de influência, cooperação e engajamento simbólico, sobretudo no período de normalidade. Em razão disso, a diplomacia recupera sua centralidade na condução da política externa e, ao se articular com o poder naval, transforma-se em um canal eficaz de projeção estratégica, capaz de reforçar alianças, proteger interesses e afirmar a posição do país no cenário internacional.

2.3 SMART POWER MAXIMIZANDO AS CAPACIDADES DOS ESTADOS

No âmbito das RI, a noção de poder é compreendida a partir de diferentes dimensões, porém a visão mais moderna apresenta dois campos: *hard power* e *soft power*. O *hard power* refere-se à aptidão estatal de influenciar ou constranger outros, impondo sua vontade por meio da coerção ou da força, empregando instrumentos militares, econômicos ou tecnológicos para atingir seus objetivos estratégicos. Já o *soft power* diz respeito à habilidade de influenciar outros atores internacionais pela via da atração e da persuasão, valendo-se de elementos como a cultura, princípios políticos e a credibilidade das políticas externas (Nye, 2004). Reconhecendo que essas duas formas de poder não são excludentes, Joseph Nye propõe o conceito de *smart power*, entendido como a capacidade de combinar de maneira estratégica o uso da força (*hard*) com a capacidade de atração (*soft*), maximizando a eficácia da política externa de um Estado (Nye, 2012).

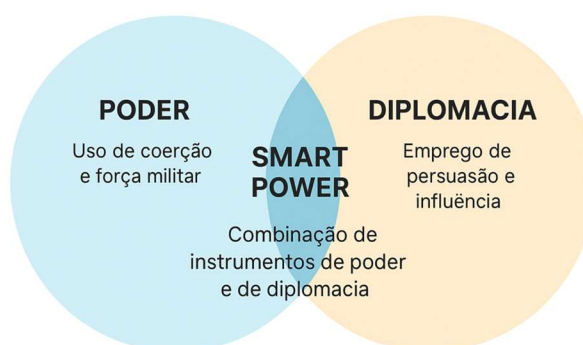
O poder nas Relações Internacionais deixou de ser uma simples demonstração de força ou prestígio. Ele se torna, cada vez mais, um exercício de engenharia

² O conceito de multipolarismo refere-se à configuração contemporânea do sistema internacional em que o poder é distribuído entre diversos polos de influência, superando a hegemonia unipolar observada nas décadas posteriores ao fim da Guerra Fria. Essa multiplicidade de centros de decisão amplia as possibilidades de atuação diplomática e militar, exigindo dos Estados estratégias mais flexíveis e cooperativas. Ver: Zakaria, Fareed. *O mundo pós-americano*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008; NYE, Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

estratégica, em que a eficácia resulta da combinação calibrada entre autoridade e legitimidade. O *hard power*, em sua essência, continua sendo o recurso da coerção — o poder tangível da força militar, das sanções econômicas e da superioridade tecnológica (Nye, 2004). Já o *soft power* atua em uma frequência diferente, sendo o poder de moldar preferências por meio da atração e do prestígio moral de um país.

A figura a seguir ilustra de forma interativa a relação entre poder, diplomacia e *smart power* nas Relações Internacionais. Enquanto o poder tradicional se apoia na coerção e na capacidade de impor vontades, a diplomacia atua pela via do diálogo, persuasão e construção de confiança. O *smart power* surge ao centro como uma síntese estratégica, combinando a força do primeiro com a legitimidade do segundo. Essa integração é essencial para entender como Estados, como o Brasil, articulam recursos militares e diplomáticos de maneira coordenada, especialmente no domínio marítimo — para ampliar sua influência de forma eficaz e adaptada às complexidades do século 21.

Figura 1 – Relação entre poder, diplomacia e *smart power* nas Relações Internacionais



Fonte: Elaboração do autor (2025).

A globalização, a proliferação de instituições multilaterais e a interdependência econômica crescente têm exigido mais a aplicação do *soft power*, atraindo e influenciando outras partes para alcançar os interesses sem recorrer à força.

No entanto, no mundo contemporâneo, marcado por atores não estatais e dinâmicas de poder desiguais, nenhuma dessas ferramentas isoladamente é suficiente para garantir resultados duradouros ou relações estáveis. O conceito de *smart power*, entendido não apenas como uma fusão mecânica entre *hard* e *soft*, deve ser interpretado como uma lógica operacional sistêmica, que exige do Estado a capacidade de ler o ambiente internacional, projetar influência de maneira legítima e

ajustar sua conduta conforme a natureza dos desafios enfrentados (Nye, 2012). Trata-se de um poder de convencimento com inteligência estratégica, sem coerção, que permite aos Estados exercerem influência de maneira indireta, porém eficaz, conforme a circunstância.

Na era da informação, das redes interconectadas e das disputas não convencionais por prestígio, mercados e legitimidade, a presença diplomática assume lugar estratégico na arquitetura do poder internacional. Mais do que um método de resolução pacífica de controvérsias, a diplomacia contemporânea é uma ferramenta de projeção simbólica, normativa e estratégica, moldando percepções, narrativas e alianças (Cooper, 2004). Essa transformação do papel diplomático responde a uma nova configuração de ameaças e oportunidades, nas quais a liderança internacional se constrói tanto pela dissuasão quanto pela capacidade de atrair, convencer e cooperar (Nye, 2012). A condução das relações exteriores torna-se um exercício constante de construção de legitimidade e de afirmação estratégica sem necessariamente empunhar armas. Ela opera por meio de símbolos, parcerias, cooperação técnica, presença institucional e, cada vez mais, por meios híbridos, como os oferecidos pelas Forças Armadas sob condições pacíficas (Cooper, 2004).

Essa concepção adquire relevância particular para países de médio porte, como o Brasil, que não dispõem da mesma capacidade militar ou econômica das grandes potências, mas possuem credibilidade internacional, projeção diplomática e um corpo de valores que os tornam atores influentes. A aplicação prática do *smart power* se manifesta de maneira clara no domínio marítimo, onde as ações de presença, os exercícios combinados, as operações de paz e as missões de ajuda humanitária tornam-se instrumentos de projeção de influência, contribuindo para a construção de parcerias e para o fortalecimento da imagem internacional do país, reafirmando sua posição estratégica na região (Brasil, 2020a; Brasil, 2023c).

A Marinha do Brasil, portanto, opera não apenas como força de defesa, mas também como plataforma de interação política entre Estados, inserção internacional e cooperação. Essa atuação está diretamente vinculada à TBPN “Projetar Poder”, conforme definida nos Fundamentos Doutrinários da Marinha (Brasil, 2023b), a qual prevê o emprego de meios navais para influenciar a vontade ou o comportamento de atores estratégicos, inclusive por meio de presença diplomática e demonstrações de força em situação de paz. Por isso, ao exercer atividades como missões de paz, exercícios combinados, visitas navais e apoio a ações humanitárias, a Marinha

materializa sua contribuição à política externa brasileira, sem recorrer necessariamente ao uso direto da força.

A diplomacia, em suas múltiplas expressões — pública, coercitiva, de defesa ou de prestígio — constitui-se como linguagem política de alto valor estratégico nas relações internacionais. No domínio marítimo, essa linguagem adquire contornos próprios, pois é transmitida não apenas por meio de discursos e notas diplomáticas, mas também pela mobilidade dos meios navais, que materializam intenções, sinalizam compromissos e promovem cooperação.

Dessa maneira, a diplomacia naval deve ser compreendida como um instrumento de Estado em ação, capaz de conjugar dissuasão, projeção de influência e mediação política em espaços distantes do território nacional. Para Ken Booth (1977), as Marinhas operam não apenas como forças de combate, mas como agentes de comunicação estratégica entre Estados, mediando percepções, prevenindo crises e moldando o ambiente político regional. Com base nessa perspectiva, propõe-se aqui que o serviço exterior não seja reduzido a um mero recurso de prestígio ou dissuasão ocasional, mas entendida como um dispositivo articulador do *smart power* brasileiro no mar — um meio dinâmico de traduzir presença em influência, deslocamento em diálogo, e poder em legitimidade.

3 O PAPEL ESTRATÉGICO DA MARINHA DO BRASIL: DA DEFESA À DIPLOMACIA NAVAL

O reconhecimento da Marinha do Brasil como ator estratégico no contexto internacional é fruto de uma construção histórica de longa duração, acompanhando o próprio processo de formação do Estado brasileiro. Já nos primeiros anos do Império, sua atuação foi decisiva na afirmação da soberania nacional e na delimitação do território, como exemplifica a emblemática Batalha Naval do Riachuelo, em 1865, durante a Guerra da Tríplice Aliança. No plano diplomático, essa vitória deu credibilidade internacional ao Brasil, sobretudo pelo Império Britânico e pela França, que observavam a estabilidade da Bacia do Prata devido a interesses comerciais, mostrando que o país possuía capacidade logística e operacional para conduzir operações navais complexas.

3.1 DA DEFESA NACIONAL À CONSOLIDAÇÃO DO PODER MARÍTIMO BRASILEIRO

Ainda que a noção de diplomacia naval não estivesse formalizada, o domínio naval foi essencial para reverter os rumos do conflito e afirmar o Brasil como potência regional, reforçando a percepção de que o controle das vias aquáticas era vital para a segurança e a projeção de poder no continente, o que mais tarde influenciaria o pensamento estratégico brasileiro sobre a importância do poder marítimo (Souza, 2013).

Herdeira direta da tradição marítima e dos conhecimentos navais da Armada Real Portuguesa, a Marinha consolidou-se, desde o século XIX, como um instrumento de projeção política e estratégica, devido ao seu conjunto de ações de defesa, apoios e operações de paz, incluindo exercícios bilaterais, e o desenvolvimento de projetos estruturantes, impulsionando a indústria de defesa. Além disso, consolidou o prestígio da Marinha junto à elite política e à opinião pública, garantindo maior investimento estatal na força naval nas décadas seguintes.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 142, estabelece que as Forças Armadas — compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica — destinam-se à defesa da Pátria, a preservação dos poderes constitucionais e, quando solicitadas por qualquer destes, a garantia da lei e da ordem (Brasil, 1988). Essa base normativa sustenta e legitima a atuação da Marinha do Brasil, que se amplia para além de sua função militar tradicional, alcançando também a segurança marítima e a promoção dos objetivos estratégicos do Estado. A partir desse marco, consolidou-se a visão da MB como peça-chave para a inserção internacional do país — papel que se torna ainda mais evidente diante do reconhecimento da geopolítica do Atlântico Sul.

Com o fim da Guerra Fria e o desmonte da ordem bipolar que por décadas foi sustentada por Estados Unidos e União Soviética³, o Brasil deparou-se com a necessidade de rever, de forma profunda, suas prioridades estratégicas. Esse novo cenário, mais dinâmico e instável, revelava ameaças difusas e instabilidade regional,

³ O término da Guerra Fria, simbolizado pela dissolução da União Soviética em 1991, marcou a transição de uma estrutura internacional bipolar, centrada na rivalidade entre as duas superpotências, para uma ordem mais complexa e multipolar. Esse processo resultou na ampliação do papel de novos atores, na reconfiguração das alianças estratégicas e na redefinição das agendas de segurança e poder global. Ver: NYE, Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012; ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

tornando claro que era hora de repensar o papel da defesa dentro do projeto nacional.

Dentro desse panorama, a promulgação da Política de Defesa Nacional (PDN) representou a primeira formulação efetiva de uma ação governamental voltada à defesa nacional, o que mais tarde se tornaria a atual Política Nacional de Defesa (PND) — um marco na formulação de diretrizes públicas voltadas à proteção dos interesses estratégicos do país. Entre seus pontos centrais, destacou o Atlântico Sul como área de interesse geopolítico prioritário e atribuiu à Marinha do Brasil papel central na proteção dos interesses marítimos nacionais (Brasil, 2020c). Silva (2014) aponta que essa iniciativa nasceu da necessidade de adaptar as estruturas de defesa do Brasil à nova realidade internacional que se consolidou após o fim da Guerra Fria.

Para Cepik (2005), a partir da década de 1990 a defesa nacional passou a incorporar dimensões políticas e econômicas, reconhecendo o mar como fator-chave para ampliar a visibilidade e a relevância do Brasil no cenário internacional. Em virtude disso, a Marinha consolidou-se não apenas como instrumento de presença e dissuasão, mas também como manifestação concreta da presença estratégica do Estado no ambiente global.

À medida que a estrutura mundial se tornava mais interdependente e multipolar, o Brasil passou a adotar uma postura mais firme na busca por ampliar sua projeção externa e resguardar seus interesses estratégicos. Foi nesse contexto que, em 2008, a publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) assinalou uma transformação determinante: o documento reconheceu o mar como espaço essencial para o desenvolvimento do país e ressaltou a importância de fortalecer o Poder Naval como ferramenta de dissuasão, presença e garantia de soberania (Brasil, 2008).

A partir dessa inflexão, a noção de segurança passou a incluir temas que antes ficavam à margem da agenda militar, entre eles questões ambientais, tecnológicas e geopolíticas Cepik (2005). Dentro desse novo cenário, a MB deixou de ser vista apenas como guardião do litoral e passou a ocupar um função relevante nas estratégias de projeção de poder e influência no Atlântico Sul. Conforme o Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2020b), o reconhecimento da Amazônia Azul como área vital e de valor inestimável, somado à priorização de projetos estratégicos como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), confirma a consolidação do poder marítimo como um dos pilares da política externa brasileira.

Essa visão estratégica foi aprofundada com a elaboração do Plano Estratégico da Marinha 2040 - PEM 2040, o qual sistematiza as diretrizes de médio e longo prazo

para o fortalecimento do Poder Naval brasileiro. Alinhado à PND e END, o plano reafirma o papel central do mar no projeto de desenvolvimento e soberania do país, destacando a Amazônia Azul como patrimônio de relevância política, econômica, ambiental e científica. A Marinha é posicionada como elemento-chave na proteção das rotas comerciais, na vigilância das áreas de exploração de recursos e na prevenção de ameaças provenientes de potências extrarregionais ou de atividades ilícitas no mar (Brasil, 2020a; Brasil, 2020c; Brasil, 2020e)

Ao associar defesa, desenvolvimento e diplomacia, o plano estabelece que a atuação da Marinha deve ser simultaneamente dissuasória e cooperativa, capaz de proteger os interesses nacionais e, ao mesmo tempo, abrir canais de diálogo e parcerias estratégicas. O PEM 2040 consolida a compreensão de que o Poder Naval não é apenas uma garantia de soberania, mas também um vetor de inserção internacional, onde sua execução demanda integração entre capacidades operacionais, ciência, tecnologia, indústria de defesa e diplomacia, assegurando que o Brasil se encontre apto a lidar com ameaças e aproveitar oportunidades no complexo e competitivo cenário marítimo global (Brasil, 2020e).

Essa reconfiguração do papel das Forças Armadas, respaldada por documentos como a END e posteriormente pelo Livro Branco da Defesa Nacional, sinaliza uma maturidade institucional que reconhece a defesa não apenas como imperativo militar, mas como fundamento principal da inserção estratégica do Brasil no século 21. A Marinha passou a intensificar sua inserção no cenário internacional, participando de operações de paz, exercícios multinacionais, missões de cooperação e ações de presença no entorno estratégico brasileiro.

3.2 O ENTORNO ESTRATÉGICO E A DIPLOMACIA NAVAL COMO VETORES DE INSERÇÃO INTERNACIONAL

O conceito de entorno estratégico, delineado nos Fundamentos Doutrinários da Marinha (Brasil, 2023b) e na Estratégia de Defesa Marítima (Brasil, 2023a), refere-se às áreas geográficas cuja estabilidade e cooperação são vitais para a segurança e os interesses nacionais do Brasil. Engloba, prioritariamente, o Atlântico Sul, o subcontinente sul-americano, o litoral oeste africano, os países integrantes da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul). Essa delimitação não é apenas geográfica, mas estratégica, pois abrange espaços marítimos cruciais para o

comércio internacional, a exploração de recursos naturais e a projeção do poder nacional.

Essa projeção não se limita ao emprego da força, mas expressa-se em modalidades de atuação não coercitiva, como a diplomacia naval, integrada à TBPN "Projetar Poder" (Brasil, 2023c), influenciando comportamentos, apoiando decisões políticas e ampliando a presença estratégica brasileira. É uma atuação do poder dissuasório e dos instrumentos diplomáticos, reafirmando a vocação multifacetada da MB no exercício da política externa e na construção da imagem internacional do país.

A Estratégia de Defesa Marítima (EDM) corrobora essa perspectiva ao definir o mar como um espaço geopolítico de relevância crescente. Reconhece que a Marinha deve reunir capacidades não apenas para atuar na defesa nacional, mas também para proteger recursos estratégicos, garantir a segurança das rotas marítimas e desempenhar funções diplomáticas (Brasil, 2023a).

Esse redesenho estratégico se materializa em projetos estruturantes como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), a modernização da Esquadra e o Programa Fragata Classe Tamandaré (PFCT). Este último, ao combinar construção nacional com transferência de tecnologia, fortalece a Base Industrial de Defesa, amplia a autonomia tecnológica e projeta ao exterior a capacidade do Brasil de integrar inovação e poder naval. Tais iniciativas buscam conferir maior dissuasão regional e capacidade de atuação global à Marinha, reforçando sua imagem como força de estabilidade e parceira confiável (Brasil, 2020e).

Outro marco importante foi a instituição do Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAz), incumbido de articular ações de vigilância, monitoramento e manutenção da presença naval ao longo da costa. O fortalecimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) também representa passo significativo na consolidação da soberania marítima, ao dotar o país de meios modernos de controle e resposta em seu espaço jurisdicional (Brasil, 2023b). Ressalta-se que a noção da Amazônia Azul foi consolidada na década de 2000, inicialmente no pensamento estratégico da Marinha do Brasil e, mais tarde, incorporada oficialmente ao Livro Branco da Defesa Nacional de 2012, ganhando status de política de Estado.

A ampliação do conceito de defesa, formalizada na END e ainda mais aprofundada na atualização do Livro Branco da Defesa Nacional (2020), consolidou a percepção de que a soberania e a inserção internacional do Brasil dependem de uma

força naval capacitada, moderna e articulada com os objetivos da política externa. Em vista disso, a Marinha reafirma sua relevância como vetor estratégico, sendo cada vez mais integrada aos esforços diplomáticos e à projeção global do país.

A dimensão diplomática da atuação da Marinha brasileira é expressa em diversas frentes: visitas de cortesia a portos estrangeiros, intercâmbio de oficiais, participação em fóruns navais internacionais e ações de cooperação técnico-militar. Tais atividades, conforme Jacques (2021), funcionam como instrumentos de afirmação da presença brasileira e de promoção da confiança mútua, elementos-chave da segurança cooperativa.

Nesse processo, a concepção de soberania no mar passou por uma inflexão relevante. A antiga lógica defensiva e patrimonialista foi progressivamente substituída por uma abordagem mais ativa, voltada à presença, à colaboração regional e à dissuasão indireta. A noção de "segurança cooperativa", em harmonia com os eixos norteadores da política externa do país — como o multilateralismo, a autodeterminação e o não intervencionismo — passou a orientar as ações externas da MB (Jacques, 2021a; Souza, 2013).

A literatura especializada reconhece que o poder marítimo contemporâneo extrapola a dimensão bélica, atuando também como meio de persuasão, presença e diálogo. Geoffrey Till (2018) afirma que marinhas modernas são capazes de projetar influência sem o uso direto da força, funcionando como instrumentos diplomáticos flutuantes, capazes de moldar percepções e reforçar alianças. Essa perspectiva se encaixa na atuação recente da Marinha do Brasil, que passou a incorporar a diplomacia naval como dimensão estruturante de sua estratégia (Till, 2018).

A importância do mar para o Brasil é histórica, estrutural e estratégica. Desde o período colonial, o litoral brasileiro foi a principal via de contato com o mundo, e ainda hoje, mais de 95% do comércio exterior brasileiro trafega pelo mar. A costa atlântica concentra cerca de 80% da população do país e abriga infraestrutura vital. Nesse sentido, a MB não é apenas uma instituição militar: ela representa uma expressão concreta da soberania nacional sobre o seu entorno estratégico, a chamada Amazônia Azul (Brasil, 2023b).

Cada vez mais, observa-se sua atuação em outras frentes, como instrumento estratégico multifuncional. Estar presente em águas internacionais, participando de operações conjuntas, prestando apoio humanitário ou mantendo a vigilância de áreas sensíveis comunica poder, influencia decisões e constrói confiança. A presença naval

passou a ser também uma forma de diálogo.

Em conclusão, a MB consolidou-se, no século 21, como uma instituição fundamental para a inserção internacional do Brasil. Sua atuação transcende a defesa territorial, alcançando a promoção da segurança cooperativa, a diplomacia da defesa e a projeção de poder em ambientes sensíveis. Ao conjugar doutrina, presença estratégica e modernização de capacidades, a MB afirma-se como um dos principais instrumentos do Estado brasileiro na promoção da estabilidade regional e no fortalecimento da imagem do país no cenário marítimo internacional.

4 O USO DA DIPLOMACIA NAVAL COMO FERRAMENTA DE *SMART POWER* NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

A atuação da Marinha do Brasil no chamado entorno estratégico constitui um exemplo claro de como o conceito de *smart power* pode ser aplicado na prática. A solidez dessa atuação encontra respaldo nas bases doutrinárias e conceituais que orientam a diplomacia naval, permitindo que defesa, cooperação e projeção de influência sejam conduzidas de forma alinhada aos interesses nacionais (Brasil, 2020c).

Missões internacionais, nesse cenário, representam oportunidades para demonstrar credibilidade e construir confiança entre nações, ao mesmo tempo em que evidenciam preparo operacional e comprometimento com a segurança coletiva (Jacques, 2021a). Em paralelo, a cooperação regional e o engajamento multilateral, concretizados em exercícios combinados, ações de interoperabilidade e iniciativas conjuntas no setor de defesa, ampliam o alcance dessa presença, fortalecendo a inserção estratégica do Brasil e reafirmando seu papel como ator relevante no panorama internacional (Brasil, 2023a).

4.1 BASES ESTRATÉGICAS DA DIPLOMACIA NAVAL: DOCTRINA, ENTORNO E *SMART POWER*

A diplomacia naval brasileira emerge como uma manifestação prática da convergência entre os interesses estratégicos do Estado e os meios pacíficos disponíveis para sua projeção no cenário internacional. Ao privilegiar ações legítimas, visíveis e não coercitivas, a MB atua como elo entre a política externa e os recursos

de poder do Estado, operando com base na lógica do *smart power*, conceito cunhado por Joseph Nye (2012). Essa abordagem propõe a combinação inteligente entre instrumentos de força e de persuasão, de modo a alcançar os objetivos nacionais sem recorrer, necessariamente, ao uso direto da força.

No caso brasileiro, esse modelo ganha contornos particulares em razão das características geopolíticas do país e de sua inserção internacional. A atuação da Marinha em tempos de paz, por meio de missões de presença, cooperação técnica, exercícios combinados, dissuasão e assistência humanitária, revela um *modus operandi* diplomático em que se entrelaçam influência simbólica, parceria, capacidade operacional e legitimidade política (Till, 2009). Trata-se de um tipo de engajamento que se projeta além da simples exibição de força: expressa a intenção do Estado brasileiro de contribuir para a estabilidade regional e de afirmar sua soberania de forma colaborativa.

Esse entendimento está consolidado nas principais diretrizes da defesa nacional. Documentos como a Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2020a), a Política Nacional de Defesa (Brasil, 2020c) e o Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2020b) atribuem à MB papel central na projeção do poder nacional e na construção de parcerias estratégicas. Ao mesmo tempo, os Fundamentos Doutrinários da Marinha (Brasil, 2023b) reforçam esse protagonismo, especialmente ao definirem como tarefa básica da Força a função de “Projetar Poder”.

No plano geoestratégico, o entorno estratégico ocupa lugar de destaque, pois é nele que se concentram desafios relacionados à pirataria, tráfico ilícito, pesca ilegal, instabilidade institucional e disputas por recursos naturais. Nesse espaço também se projetam as oportunidades de cooperação, desenvolvimento de capacidades locais e construção de confiança mútua entre países costeiros.

A esse respeito, a Amazônia Azul, expressão que designa a imensa Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira, ocupa posição determinante devido à sua vastidão, riquezas e vulnerabilidades, exigindo vigilância, defesa e articulação diplomática com países vizinhos e parceiros regionais (Souza, 2013). Notadamente, a presença contínua da MB nessas áreas, especialmente em fase de estabilidade, sinaliza a disposição do Brasil em compartilhar responsabilidades e liderar iniciativas de segurança cooperativa.

Dentro dessa perspectiva, ganha relevo o conceito de “presença com propósito”, formulado por Geoffrey Till. Segundo essa perspectiva, a simples presença

de meios navais em determinada região pode, por si só, exercer efeitos dissuasórios, influenciar decisões políticas e fortalecer alianças (Till, 2009). A MB tem aplicado esse princípio com consistência, utilizando suas capacidades navais voltadas não só à salvaguarda dos interesses do país, mas igualmente à promoção de um ambiente de estabilidade e diálogo em seu entorno estratégico.

Ao combinar persuasão com prontidão, solidariedade com credibilidade, a diplomacia naval brasileira se insere com naturalidade no escopo do *smart power*. Seu diferencial reside na capacidade de adaptar-se às complexidades do século 21, em que a influência internacional não depende apenas do poder material ou diplomático tradicional, mas também das ações econômicas e políticas, como instrumentos centrais, e principalmente da credibilidade estratégica do ator envolvido, diante da legitimidade e prestígio internacional conquistado ao longo do tempo. Nesse sentido, o mar se apresenta não apenas como um espaço físico de trânsito e defesa, mas como território estratégico de afirmação diplomática.

4.2 AÇÃO DIPLOMÁTICA EM MISSÕES INTERNACIONAIS: PROJEÇÃO DE PRESENÇA COM PROPÓSITO

A atuação internacional da MB nas últimas décadas revela uma estratégia clara de projeção de poder combinada com sensibilidade diplomática. Em conformidade com a lógica do *smart power*, a Marinha tem se manifestado como instrumento de política externa voltado à construção de parcerias e à promoção de valores cooperativos no entorno estratégico, participando ativamente de missões sob mandato multilateral, contribuindo com sua capacidade operacional para a estabilidade de regiões sensíveis e, ao mesmo tempo, reforçando a imagem do Brasil como um ator confiável e cooperativo no SI (Nye, 2012).

Exemplos dessa atuação estratégica são as comissões navais à Costa Ocidental da África, que envolvem visitas de navios da Esquadra a países como Angola, Namíbia, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Essas operações navais, muitas vezes associadas a eventos diplomáticos e intercâmbios profissionais, cumprem papel essencial na consolidação de vínculos militares e políticos com nações africanas com as quais o Brasil compartilha afinidades culturais e interesses no Atlântico Sul. Nessas ocasiões, a Marinha promove exercícios combinados, realiza ações de treinamento

de pessoal local e, por vezes, realiza a entrega de materiais logísticos e doações de cunho humanitário, fortalecendo os pilares do *soft power* brasileiro (Silva, 2022).

Outro instrumento relevante de projeção de presença com propósito é a participação ativa da MB na ZOPACAS. Como iniciativa multilateral reconhecida pela ONU, a ZOPACAS busca consolidar o Atlântico Sul como espaço livre de armamentos nucleares e de tensões geopolíticas, promovendo a cooperação regional em segurança marítima, ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável. A atuação brasileira nesse fórum não é apenas diplomática — ela se traduz em ações concretas de apoio técnico e compartilhamento de capacidades, em que a Marinha cumpre papel de facilitadora e instrutora regional (Brasil, 2020d).

No campo da presença dissuasória e do controle do espaço marítimo, destacam-se as Operações Atlântico, conduzidas em articulação com outras Forças e órgãos civis, simulando cenários de defesa da costa, combate a ilícitos e proteção de infraestruturas estratégicas. Ao mesmo tempo em que reforçam a capacidade operacional da Marinha, essas operações têm valor simbólico e político, ao reafirmarem o compromisso do Brasil com a segurança da sua ZEE e com a estabilidade no Atlântico Sul — componente essencial do entorno estratégico (Brasil, 2023b).

Não menos relevantes são as ações humanitárias realizadas por Navios de Assistência Hospitalar (NAH) nas regiões ribeirinhas e fronteiriças da Amazônia Legal. Em determinadas missões, essas embarcações operam próximas às áreas de tríplice fronteira, estendendo cuidados de saúde a populações vulneráveis e, simultaneamente, projetando a imagem de um Estado presente e atuante. Embora voltadas ao interior do território, essas ações reverberam internacionalmente, sobretudo quando envolvem cooperação com países vizinhos ou organismos internacionais de saúde (Oliveira, 2021).

Outro vetor da ação diplomática da Marinha é a formação de militares estrangeiros em instituições como a Escola de Guerra Naval, Escola Naval e outras Instituições de ensino. Ao receberem oficiais provenientes de Estados aliados, sobretudo da América do Sul e de países lusófonos do continente africano, essas escolas não apenas transmitem conhecimento técnico, mas promovem a cultura estratégica brasileira, cultivando redes de confiança mútua e influência duradoura, compatíveis com os fundamentos do *smart power* (Nye, 2011).

Essas iniciativas evidenciam que a diplomacia naval exercida no entorno estratégico vai além do simbolismo cerimonial. Ao conjugar atividades operacionais, cooperação técnica e presença humanitária, a Marinha do Brasil projeta-se como vetor da política externa do Estado brasileiro, equilibrando elementos de força e legitimidade. Essa projeção com propósito não apenas amplia a influência internacional do Brasil, mas reforça sua posição como potência regional comprometida com os princípios da paz, da solidariedade e da segurança cooperativa.

Embora o foco deste estudo é abordar a diplomacia naval brasileira voltada ao entorno estratégico definido pelas diretrizes nacionais — abrangendo a América do Sul, as águas do Atlântico Sul e a faixa costeira ocidental da África — é importante reconhecer que a atuação da MB em cenários externos mais amplos também contribui de forma decisiva para a construção da imagem internacional do país e para a consolidação de sua política externa como instrumento de *smart power*. A participação brasileira na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano), no Líbano, por exemplo, marcou um feito inédito: desde 2011, a Marinha não apenas integrou a missão, como assumiu o comando da componente marítima, tradicionalmente reservado a países da OTAN. Essa liderança refletiu não só o reconhecimento internacional à capacidade operacional da força naval brasileira, como também ampliou sua credibilidade em um contexto geopolítico sensível e altamente complexo (Jacques, 2021b). Outro exemplo relevante foi a atuação da MB na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), durante a qual empregou navios de patrulha e apoio logístico no transporte de tropas, suprimentos e ajuda humanitária, consolidando sua vocação de vetor diplomático e plataforma de solidariedade internacional (Souza, 2013). Da mesma forma, a inserção brasileira na Combined Task Force 151 (CTF-151), no Oceano Índico, voltada ao combate à pirataria, reafirma o compromisso do Brasil com a governança marítima global, demonstrando que sua atuação naval extrapola os contornos das fronteiras imediatas e assume responsabilidades no enfrentamento de desafios transnacionais (Brasil, 2022).

A atuação da Marinha do Brasil em missões internacionais traduz o conceito de “presença com propósito”, onde a presença de uma força naval, em determinada região, deve estar alinhada a objetivos políticos claros e ao fortalecimento da confiança entre os atores envolvidos, reforçando a condição do Brasil como potência marítima cooperativa e comprometida com a segurança coletiva, capaz de dissuadir,

influenciar e cooperar como um instrumento eficaz de política externa. (Till, 2018; Jacques, 2021a).

Ao projetar-se no exterior com navios, tripulações e bandeira hasteada, a MB comunica intenções, transmite valores e representa, no mar, a postura internacional do Estado brasileiro. Cada missão, porto visitado, exercício combinado e capacidades compartilhadas carrega consigo uma narrativa diplomática — de compromisso com a estabilidade, de disposição para o diálogo e de responsabilidade compartilhada na construção de um mundo mais seguro.

4.3 COOPERAÇÃO REGIONAL E ENGAJAMENTO MULTILATERAL: INTEROPERABILIDADE E INDÚSTRIA DE DEFESA

Nos últimos anos, a Marinha do Brasil tem expandido sua presença por meio de iniciativas diplomáticas que ultrapassam as missões tradicionais. Isso inclui desde exercícios combinados com outras forças até a participação em fóruns de diálogo naval e ações de apoio técnico, tudo voltado a reforçar sua credibilidade e influência no entorno estratégico (Alsina Júnior, 2012). Trata-se de uma aplicação equilibrada de *hard power* e *soft power*: de um lado, a capacidade militar que transmite dissuasão e segurança; de outro, a diplomacia, a troca cultural, a cooperação tecnológica e a afirmação de valores que aproximam parceiros e ampliam possibilidades de colaboração.

A participação em exercícios como o UNITAS, um exercício militar multinacional anual entre Marinhas participantes; o Obangame Express, um exercício naval multinacional anual organizado pelo Comando África dos Estados Unidos (AFRICOM), com foco na segurança marítima no Golfo da Guiné; e a Operação GUINEX, outro exemplo altamente relevante da atuação diplomática da Marinha do Brasil no contexto do *smart power*, especialmente voltado ao entorno estratégico brasileiro e à segurança cooperativa com a África Ocidental.

Além dos exercícios operacionais, a presença do Brasil em fóruns internacionais revela-se igualmente estratégica. No Simpósio de Poder Naval Sul-Americano (SIMPONAS), por exemplo, a Marinha do Brasil estreita laços regionais ao promover o diálogo, trocar experiências e construir, de forma conjunta, soluções para os desafios que marcam o Atlântico Sul.

A participação brasileira no Simpósio Naval do Pacífico Ocidental (WPNS, na sigla em inglês) – plataforma de diálogo e cooperação entre Marinhas de países da região do Pacífico Ocidental – amplia significativamente o alcance diplomático da Marinha, abrindo espaço para interações construtivas com algumas das principais potências navais do mundo, sempre em um ambiente pautado pela cooperação e pela confiança mútua. Esses fóruns multilaterais fortalecem a postura ativa e propositiva da diplomacia naval do Brasil, em sintonia com a lógica do *smart power*, na qual competência técnica e influência simbólica se complementam e se reforçam mutuamente (Till, 2018).

Por fim, a atuação da Marinha também se conecta de forma direta ao fortalecimento da Indústria de Defesa Nacional, especialmente por meio da exportação de navios e sistemas navais, que funcionam como instrumentos de diplomacia de defesa e ajudam a consolidar o Brasil como referência tecnológica na região (Alsina Júnior, 2012). Nesse sentido, sua presença no cenário internacional dialoga estrategicamente com a Base Industrial de Defesa (BID), potencializando a capacidade do país de inovar, gerar conhecimento e projetar influência.

Ao estimular o desenvolvimento e a exportação de produtos navais — como navios-patrolha, sistemas de combate, sensores e tecnologia embarcada — a Marinha não apenas amplia sua capacidade operacional, mas também atua como vetor de inserção internacional do país.

Na prática, essa atuação reflete bem a lógica do *smart power*: combina a prontidão militar com a habilidade de gerar ganhos diplomáticos. A BID, estimulada pela Lei nº 12.598/2012, reúne empresas estratégicas que mantêm controle nacional, mostrando como o Brasil garante autonomia tecnológica e capacidade operacional para sustentar sua soberania e, conseqüentemente, a projeção internacional.

Quando fortalecida, a BID dá ao Brasil mais liberdade para decidir seus rumos, diminuindo a dependência externa e reforçando a imagem do país como parceiro confiável em iniciativas de cooperação na região. Dentro desse quadro, a MB acaba exercendo função catalisadora, incentivando inovação em setores-chave e abrindo espaço para o diálogo técnico com Marinhas de nações amigas — que, muitas vezes, enxergam na indústria brasileira uma chance de aprendizado conjunto. Não por acaso, a Estratégia Nacional de Defesa e os próprios Fundamentos Doutrinários da Marinha destacam que a integração entre as Forças Armadas e a BID é peça essencial para

que o Brasil projete poder e participe, com voz própria, de fóruns multilaterais (Brasil, 2020a; Brasil, 2023b).

A combinação dessas frentes — exercícios, fóruns, intercâmbios e indústria — traduz-se em uma diplomacia naval multivetorial, voltada para a construção de uma imagem internacional sólida, proativa e tecnicamente respeitada. Quando compartilha experiências, ajuda na formação de Marinhas parceiras e atua lado a lado em contextos complexos, a MB não apenas cumpre seu papel operacional, como também constrói pontes entre regiões estratégicas e reforça, paulatinamente, a imagem do Brasil como um país confiável no espaço geopolítico global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente produção acadêmica teve como objetivo analisar de que maneira a diplomacia naval brasileira tem sido utilizada como instrumento de *smart power* na política internacional e como a MB contribui para a projeção externa do país e para a consolidação de sua presença geopolítica no entorno estratégico brasileiro. A partir de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, e delimitando como marco temporal o período entre 2008 e 2025, buscou-se compreender a evolução institucional, doutrinária e prática da atuação internacional da MB. Ao longo deste estudo, foi possível compreender como a Marinha consolida sua atuação estratégica, de forma integrada, com a combinação entre os elementos de dissuasão e de atração, potencializando a influência internacional do Brasil em consonância com os princípios constitucionais e os interesses permanentes do Estado brasileiro.

Em capítulo específico, demonstrou-se como o poder, diplomacia e *smart power* se interconectam nas RI, destacando que a diplomacia naval opera como uma síntese prática desses conceitos, unindo poder militar, influência política e cooperação internacional. Ademais, apresentou os fundamentos conceituais da abordagem híbrida de poder: *hard power* e *soft power* (Nye 2004, 2012), cuja a representação externa naval aparece em sintonia com princípios que orientam a solução pacífica de controvérsias, o multilateralismo e a cooperação regional. No decorrer do capítulo, discutiu-se também como o poder naval, ao ir além de sua função estritamente militar, se transforma em um instrumento diplomático de alto valor estratégico.

Na terceira parte capitular, procurou mostrar como a MB foi, em perspectiva

histórica, ganhando relevância em águas internacionais. Essa transformação ocorreu de forma gradual e permanece evidenciada em documentos como a PND, END, LBDN, EDM e os Fundamentos Doutrinários da Marinha, os quais apresentam que a MB, antes voltada quase só à defesa, passou a assumir também missões de projeção de poder, de presença internacional e de cooperação com outros países.

A criação do conceito de Amazônia Azul, o desenvolvimento de projetos estratégicos como o PROSUB, PFTC e o SisGAAz, somados à participação em operações conjuntas e demais ações relacionais, mostram como a Marinha passou a atuar, também, como vetor diplomático e de presença internacional. No plano mais pessoal, um ponto que ficou muito evidente foi perceber que a MB funciona, na prática, como uma peça única na articulação entre soberania, segurança e cooperação.

De modo análogo à expressão Amazônia Azul, este trabalho propõe o conceito estratégico: “Bandeira rumo ao Mar”, de caráter autoral, buscando consolidar a dimensão diplomática da atuação da MB, na medida em que cada navio, ao içar o Pavilhão Nacional em mares distantes e em portos estrangeiros, atua como uma verdadeira embaixada flutuante. Trata-se de uma contribuição acadêmica destinada a reforçar a compreensão da diplomacia naval como instrumento de *smart power*, permitindo diálogos positivos. Reconhecer a Marinha como “Bandeira rumo ao Mar” significa compreender como diplomacia em movimento, que fortalece a posição do Brasil em seu entorno estratégico e sustenta sua imagem de parceiro confiável no cenário internacional.

A leitura integrada dos documentos oficiais da Defesa — como a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) — permite perceber que a diplomacia naval não é um apêndice das operações navais, mas sim um eixo estruturante da presença brasileira no cenário internacional. A forma como a Marinha tem atuado deixa claro que houve uma mudança de pensamento dentro da própria instituição.

Ao se examinar essa questão de forma mais aprofundada, percebe-se que para garantir que a diplomacia naval continue sendo um instrumento eficaz de *smart power*, deve-se entender a necessidade de ampliar os investimentos na MB — de maneira contínua — para a consecução do seu papel constitucional e para posicionar-se como uma Força naval com liderança regional e participação ativa no SI, projetando o Brasil como potência marítima emergente, fortalecendo sua posição nas Américas e ganhando credibilidade como referência global em segurança e cooperação no mar.

Essa compreensão está em consonância com os Fundamentos Doutrinários da Marinha do Brasil - EMA-301 (Brasil, 2023b), que reconhecem a política externa naval como uma das expressões do Poder Naval para a construção de vínculos de confiança e dissuasão inteligente.

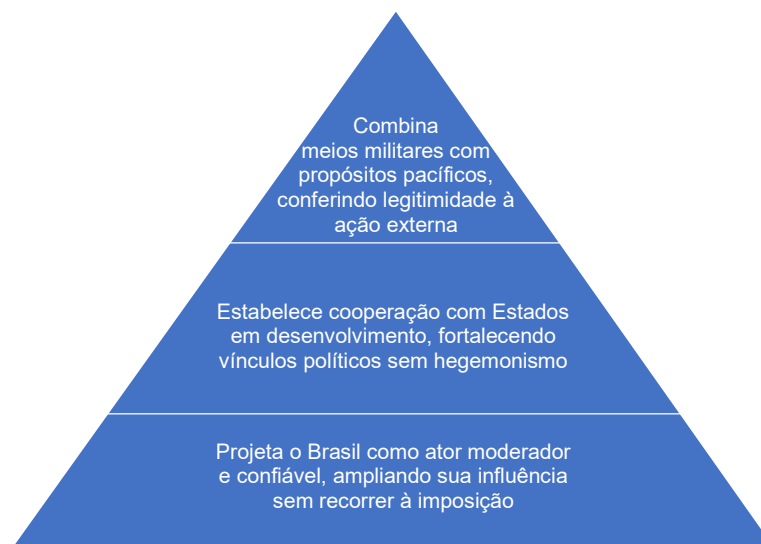
No Capítulo 4, o foco está voltado para a aplicação prática da diplomacia naval como expressão do *smart power*, enfatizando experiências concretas de atuação da Marinha no entorno estratégico brasileiro. A participação na UNIFIL, os intercâmbios com países da ZOPACAS, as comissões navais e as operações humanitárias ilustram como a presença naval se traduz em influência diplomática. Foram destacados autores como Jacques (2021), Souza (2013), Till (2018) e Alsina Jr. (2015), que fundamentam teoricamente o papel do poder naval na promoção de estabilidade, cooperação e projeção simbólica.

Ao responder à primeira questão proposta na introdução — de que maneira a diplomacia naval brasileira tem sido utilizada como instrumento de smart power na política internacional — conclui-se que a MB utiliza a projeção internacional para unir presença dissuasória e cooperação política, atuando em missões internacionais, em treinamentos conjuntos e na interlocução com marinhas estrangeiras. Em relação à segunda questão — como a Marinha do Brasil contribui para a projeção internacional do país e para a consolidação de sua presença estratégica no entorno estratégico brasileiro — evidenciou-se que a MB atua como força de estabilidade e presença no Atlântico Sul, mantendo relações bilaterais e multilaterais, assegurando a soberania sobre a Amazônia Azul e apoiando a inserção.

Mister se faz ressaltar que o smart power é uma abordagem indispensável para à diplomacia naval brasileira, principalmente em momentos marcados por guerras em curso e crescentes disputas por influência, demonstrando como é possível projetar poder de forma eficaz e preservando os princípios constitucionais, comprometidos com a estabilidade e a ordem internacional.

A presença naval com propósito político-estratégico brasileiro tem encarnado essa lógica de forma singular, especialmente ao conjugar presença operacional com intenções pacíficas e diálogo estratégico com parceiros do Sul Global. Para ilustrar essa articulação, a figura a seguir apresenta uma síntese visual dos três eixos que sustentam a diplomacia naval como instrumento de poder inteligente: o uso legítimo da força em prol da paz, a cooperação horizontal com Estados em desenvolvimento e a projeção de imagem do Brasil como ator moderador no SI.

Figura 2 – Diplomacia naval brasileira como expressão do *smart power*: força, cooperação e influência



Fonte: Elaboração do autor (2025).

A constante evolução do ambiente internacional, marcada por conflitos assimétricos, ameaças transnacionais e fortalecimento de atores não estatais, impõe a necessidade de revisão periódica dos documentos oficiais de defesa e diplomacia. A PND, a END e o LBDN devem refletir – de modo atualizado – o protagonismo crescente da diplomacia naval brasileira como vetor de *smart power*. Incorporar esse enfoque aos marcos normativos do Estado é passo essencial para assegurar coerência estratégica, legitimidade internacional e prontidão frente aos desafios do século 21.

Importante relatar que a MB tem procurado fazer mais do que o orçamento permite. Há missões que precisariam de continuidade, e outras que acabam sendo adaptadas às condições possíveis. Esse exercício constante de priorizar, de ajustar planos à realidade, exige muito mais do que planejamento, discernimento e, muitas vezes, renúncia. Mesmo com essas limitações, a Força segue fazendo o que sempre fez: atuar com profissionalismo, com discrição e com senso de dever. A diplomacia naval brasileira não se apoia em grandes meios, mas na dedicação de seus marinheiros e na convicção de que cada gesto no mar também é uma forma de representar o País. É uma construção lenta, feita passo a passo, sustentada mais pela vontade de servir do que pelos recursos disponíveis.

A diplomacia e a defesa embora venha se fortalecendo, nem sempre caminham

no mesmo ritmo, e isso cria ruídos que a prática tenta compensar. O Brasil, por natureza, prefere evitar confrontos e manter o diálogo pacífico — e isso é uma virtude, mas às vezes essa postura faz com que a dimensão estratégica da presença naval seja mal compreendida lá fora, sendo uma ação de Estado madura e responsável. A diplomacia naval brasileira é feita de resiliência, de trabalho silencioso e de um senso de dever que ultrapassa as limitações materiais, onde a capacidade adaptativa da Força é apresentada com pragmatismo, criatividade e discrição em diferentes cenários

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, ficou evidente que a MB tem conseguido resultados importantes, mas nem tudo ocorre como se imagina no plano teórico. Existem limitações concretas — falta de recursos, restrições orçamentárias, defasagem tecnológica e até dificuldades logísticas que interferem diretamente na continuidade de algumas ações.

Enfrentar essas limitações é parte rotina da MB, e talvez seja justamente isso que torne essa diplomacia mais autêntica e representativa do Brasil — feita com medida, com propósito e com a serenidade de quem compreende o valor do mar não apenas como espaço de poder, mas como elo de cooperação e presença.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento em estudos comparativos entre a expressão diplomática do poder naval de outros países sul-americanos e a brasileira, bem como análises quantitativas sobre o impacto concreto das comissões navais nas relações exteriores do Brasil. Reforçar o vínculo entre defesa e diplomacia demanda mais do que uma base doutrinária sólida — exige visão de longo prazo, continuidade nas políticas e investimentos consistentes. Além disso, a abordagem do *smart power* como referencial teórico aplicado às Forças Armadas ainda carece de maior desenvolvimento na literatura nacional, sendo este trabalho uma contribuição inicial.

Em última instância, acredita-se que a principal contribuição deste trabalho consiste em demonstrar que a MB, ao exercer sua vocação estratégica com responsabilidade e visão de futuro, representa um dos mais eficazes instrumentos de inserção internacional do Estado brasileiro. A sua atuação nos mares é, antes de tudo, um gesto de soberania, mas também um gesto de aproximação, cooperação e construção de um ambiente internacional mais seguro, previsível e equilibrado.

Logo, conclui-se que a MB reafirma sua relevância no século 21 como instrumento de Estado voltado à projeção de soberania, cooperação regional e

promoção da paz. O fortalecimento da diplomacia naval, como expressão de *smart power*, deve ser tratado como vetor permanente da política de Estado e da projeção internacional do Brasil. A MB, ao integrar defesa e representação externa com discernimento e profissionalismo, cumpre para a construção de um país mais presente, mais influente e mais respeitado no concerto das nações.

Nesse sentido, propõe-se a ideia de uma diplomacia naval com efetiva “Bandeira rumo ao mar” – integrando persuasão, prontidão e projeção em constante adaptação aos desafios do entorno marítimo e à lógica multifacetada da política internacional contemporânea. Essa perspectiva conceitual de diplomacia em movimento estratégico procura traduzir o papel singular desempenhado pela MB ao converter o espaço marítimo em um ambiente de influência responsável e cooperação efetiva. Considerando que o século 21 impõe a necessidade de um exercício inteligente do poder, o mar surge, para o Brasil, como um cenário estratégico, onde legitimidade, força e influência se articulam de forma complementar.

REFERÊNCIAS

ALSINA JÚNIOR, João Paulo. **Diplomacia Naval: O Poder Naval e a Inserção Internacional do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo. **Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. 404 p.

BATH, Sergio. **O que é diplomacia**. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

BOOTH, Ken. **Navies and foreign policy**. London: Croom Helm, 1977.

BRANDÃO, Carlos Eduardo Lessa. **Geopolítica e poder: uma introdução à geopolítica clássica e crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012. **Dispõe sobre normas especiais para as compras e contratações no âmbito da defesa nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12598.htm. Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Doutrina Militar Naval**. Mod1. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Estratégia de Defesa Marítima (EDM) 1ª edição. EMA-310**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2023a. <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/ema-310-edm-1ed.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Estratégia de Defesa Marítima (EMA-310)**. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2023b.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM) 1ª edição. EMA-301**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2023c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/ema-301-fdm-1ed.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025b.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Operações Navais: Protegendo a Amazônia Azul**. Rio de Janeiro: EMA, 2023d.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha – PEM 2040**. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/livro-branco-de-defesa-nacional>

[br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf). Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Participação do Brasil na CTF-151: contribuição à segurança marítima internacional**. Brasília: MD, 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas>. Acesso em: 02 ago. 2025.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **O tabuleiro mundial: a supremacia americana e seus imperativos geoestratégicos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CEPIK, Marco A. **Política de Defesa e Segurança Internacional: o Brasil no pós-Guerra Fria**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 48, n. 1, p. 73-91, 2005.

COOPER, Robert. **A quebra das nações: ordem e desordem no século 21**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DAHL, Robert A. **The concept of power**. *Behavioral Science*, v. 2, p. 201-215, 1957.

FERREIRA, Ricardo Jaques. **Diplomacia naval no Atlântico Sul: contribuição da Marinha à política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2021.

FONSECA JR., Gelson. **O consenso de Washington: a visão da diplomacia brasileira**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 41, n. 1, p. 45-67, 1998.

JACQUES, A. C. M. **Diplomacia naval no Atlântico Sul: instrumento de projeção de poder e de afirmação da presença brasileira**. Brasília: Escola Superior de Guerra, 2021a.

JACQUES, Alexandre V. **A Força-Tarefa Marítima da UNIFIL e a projeção internacional da Marinha do Brasil**. Revista Marítima Brasileira, v. 141, n. 1, p. 67–83, 2021b.

LAFER, Celso (organizador). **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação. Volume II**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / Ministério das Relações Exteriores, 2018. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/relacoes-internacionais-politica-externa-diplomacia-brasileira-volume-2.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

LAMPREIA, Luís Felipe. **A diplomacia brasileira na virada do milênio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and**

peace. 5. ed. New York: Knopf, 1948.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Montego Bay: ONU, 1982. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and99165-90.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

NICOLSON, Harold. **Diplomacy**. Oxford: Oxford University Press, 1969.

NYE, Joseph S. **O futuro do poder**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Benvirá, 2012.

NYE, Joseph S. **Smart power**. In: **FOREIGN AFFAIRS**. Washington, nov./dez. 2009.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

NYE, Joseph S. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

OLIVEIRA, Carla L. de. **Ação cívico-social e presença estatal em áreas de fronteira: a atuação da Marinha no norte do Brasil**. Revista Segurança e Defesa, v. 7, n. 2, p. 45–58, 2021.

REGO, Alfredo Augusto de Moraes. **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1957.

SILVA, Hélio Caetano da. **A Política de Defesa Nacional e a construção de uma estratégia de segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2014.

SILVA, Ronaldo M. da. **Diplomacia naval e cooperação sul-sul: o papel da Marinha do Brasil na África Ocidental**. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, v. 14, n. 1, p. 33–49, 2022.

SOUZA, Carla M. de. **Diplomacia humanitária e atuação naval brasileira no Haiti: a dimensão simbólica do auxílio**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 2, p. 45–60, 2013.

SOUZA, Osvaldo Luiz de. **Diplomacia Naval: uma perspectiva para o século 21**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 73–94, 2013.

SOUZA, Osvaldo Rodrigues de. **Poder Naval e Ajuda Humanitária: O Caso da Marinha do Brasil no Haiti**. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 19, n. 2, p. 399–420, 2013.

SPELLER, Ian. **Understanding naval warfare**. 2. ed. London: Routledge, 2014.

TILL, Geoffrey. **O Poder Marítimo no Século 21: A Influência do Mar no Poder Global e na Estratégia Naval Moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 2018a.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A guide for the twenty-first century**. 4. ed. Abingdon: Routledge, 2018b.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. Tradução: Álvaro Cabral. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.